

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA ENTIDADE BINACIONAL ITAIPU.

Pregão Eletrônico Nacional NF 0346-21

MCG EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 32.445.646/0001-79, com sede na Avenida Barão Homem de Melo, nº 4386, sala 1104, Distrito Estoril, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.494-270, neste ato representada por seu Sócio, Sr. Marcos Cesar Gonçalves (atos constitutivos em anexo), que abaixo assina, vem, a presença de Vossa Senhoria, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO

ante permissivo constante no item 2.22.1 do CBC e com fulcro no artigo 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019, que regula a modalidade pregão em sua forma eletrônica, pelos fundamentos de fato e de direito que passa a expor.

1. DO RELATO DOS FATOS

Trata-se de Caderno de Bases e Condições (CBC) para pregão eletrônico que objetiva selecionar a proposta comercial mais vantajosa para a aquisição de solução de mapeamento de Alta Definição Móvel Aeroportada composta por RPAS (do inglês RPAS – Remotely Piloted Aircraft System, Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada) e Equipamento Multisensor com sensor LIDAR e Sistema de Imageamento para colorização da nuvem de pontos, do qual esta empresa possui interesse na participação.

Todavia, em análise minuciosa do ato convocatório, foram encontradas irregularidades nos anexos que acompanham e, conseqüentemente, compõem o CBC, questões essas que criam óbice à livre participação de empresas que, além de interesse, tenham capacidade, qualificação e condições de atender a esta Entidade com excelência, porém, se veem impedidas por exigências excessivas e dispensáveis, considerando o objeto licitado e a disposição em lei e que, portanto, devem ser reparados, possibilitando o alcance da eficiência administrativa em observância aos requisitos basilares do pregão: qualidade, menor preço e vantajosidade.

Por essas razões é que se faz a presente impugnação, visando não somente evitar desigualdades e ilegalidades no certame, mas, principalmente, trazer à Entidade os motivos pelos quais tais exigências obstaculizam a ampla concorrência e os prejuízos que podem ser ocasionados ao erário com sua permanência.

2. DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO

Nos termos do artigo 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019, que revogou o Decreto nº 5.450/2005, os termos do edital deverão ser impugnados, se necessário for, no prazo de até 03 (três) dias antecedentes a realização da sessão pública.

Por sua vez, o CBC apresenta em seu item 2.22.1 o prazo de até dois dias úteis anteriores a data do certame.

Considerando que a sessão pública objeto deste ato será realizada no dia 30.04.2021, tem-se a presente peça impugnatória por tempestiva vez que apresentada em 22.04.2021.

3. DO CABIMENTO DA PRESENTE PEÇA DE IMPUGNAÇÃO

Nos termos do artigo 8º, inciso II do Decreto nº 10.024/2019, além das demais informações listadas em referido dispositivo legal, o ato convocatório do pregão eletrônico deve ser instruído com, no mínimo, alguns documentos, dentre eles, o Termo de Referência e a Planilha de Preços, onde constam as especificações técnicas, sendo parte **integrante do instrumento convocatório da licitação**, de forma **obrigatória**, cuja elaboração deverá **obedecer aos requisitos do NGL ITAIPU e inciso XI do artigo 3º**:

Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

(...)

II - termo de referência;

III - planilha estimativa de despesa;

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

XI - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e

- 3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;
- b) o critério de aceitação do objeto;
- c) os deveres do contratado e do contratante;
- d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;
- e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;
- f) o prazo para execução do contrato; e
- g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

Desta forma, considerando o permissivo legal que concede a qualquer pessoa, principalmente licitante interessado, prazo para apresentar impugnação em relação ao ato convocatório, na forma eletrônica, assim como que as Especificações Técnicas e a Planilha de Preços compõem o CBC como um de seus anexos, sendo dele parte obrigatoriamente integrante, cabível a presente impugnação que se refere, além de exigências do CBC, seus anexos.

4. DO MÉRITO

4.1 NECESSIDADE DE DESMEMBRAMENTO DO LOTE – ITENS INDEPENDENTES EM UM MESMO LOTE

No preâmbulo do CBC, em seu item 1.1.2, há a informação de que o regime de contratação é por preço unitário, o que significa que a contratação será realizada por preço certo de unidades determinadas, conforme definição legal (artigo 6º, VIII, 'b', Lei 8.666/1993) e determinação do artigo 14, II da NGL ITAIPU.

Todavia, apesar do CBC ser **claro** que o regime de contratação seria **por preço unitário**, no Anexo III – Planilha de Preços, dispõe os itens **em um mesmo lote, o que é confirmado quando do cadastro da proposta no sistema eletrônico de realização do certame, tratando-se de lote único**:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (Do inglês RPAS), com capacidade de carga de até 5,5 kg, autonomia de voo de 18 minutos, com redundância para os sistemas IMU e GNSS, suporte para instalação de sensores diversos, capacitação técnica e softwares para planejamento de voo e processamento dos dados, tudo conforme descrito nas Especificações Técnicas (Anexo I)
2	Baterias do RPAS com capacidade de 5700 mAh
3	Equipamento Multisensor com sensor LIDAR e Sistema de Imageamento para colorização da nuvem de pontos, conjunto de 4 baterias quando o tipo de bateria do sistema for removível, carregadores de baterias, kit para integração do RPAS, capacitação técnica e software para planejamento d voo e processamento dos dados, tudo conforme descrito nas Especificações Técnicas (Anexo I)

Desta forma, tendo em vista que o CBC agrupa, em um mesmo lote, itens independentes, assim chamados considerando suas peculiaridades, quais sejam, RPAS com suas baterias e Multisensores, evidente a necessidade de desmembramento do lote, comportando plena divisibilidade sem comprometimento do objeto, pelo contrário, o desmembramento do lote único para 2 lotes onde se contenha o sistema RPAS e seus componentes e em outro os multisensores, ensejaria na ampliação da participação, incluindo no certame empresas especializadas que trabalham com ênfase em determinados produtos, sejam eles sensores ou os RPAS, assim, a permanência dos itens, como parte de um lote único, da maneira em que se encontra, ofende a competitividade, igualdade, efetividade e a busca pela vantajosidade, contempladas pelo artigo 2º da NGL de ITAIPU:

Art. 2º - Os princípios básicos que regem os processos e procedimentos disciplinados nesta Norma são os da igualdade ou isonomia, da legalidade, da moralidade, da probidade, da impessoalidade, da razoabilidade e proporcionalidade, da economicidade, da competitividade, da celeridade, da publicidade, da ampla defesa e do contraditório, da eficiência administrativa, bem como aqueles princípios que lhes são correlatos e, para as licitações, prevalecerão, ademais, os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Ainda, sobre tais princípios, dispõe as legislações aplicáveis à matéria (artigo 3º, §1º, incisos I e II da Lei 8.666/1993 e artigos 2º, §2º e 3º, XI, alínea 'a', 1 do Decreto nº 10.024/2019), assim como o item 2.8.1 do CBC:

Art. 3º **A licitação destina-se a garantir** a observância do princípio constitucional da **isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É **vedado** aos agentes públicos:

I - **admitir, prever, incluir ou tolerar**, nos atos de convocação, **cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

II - **estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial**, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

(...)

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

XI – (...)

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

Ressalta-se que, dentre os vários princípios adotados pela NGL ITAIPU, encontra-se o princípio da legalidade, o qual também será **violado** com a permanência de itens autônomos, de áreas de serviço e fornecimento distintos, em um mesmo lote, uma vez que a lei garante a participação de **qualquer interessado**, que possa as especificações e exigências, nos certames, sem restrições, mesmo que para que essas participações sejam possíveis a Entidade deva dispor de vários itens separadamente, conforme estabelece o artigo 23, §1º, da lei 8.666/93, aplicável de forma subsidiária a presente licitação, como determina o Capítulo II, 2.3 do CBC:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração **serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis**, procedendo-se à licitação **com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia** de escala.

Do mesmo modo, prevê o artigo 15, IV:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

IV- ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade

Sobre os dispositivos em questão, explica Marçal Justen Filho:

“Nos termos do princípio geral considerado no art. 23, §1º, aplica-se a regra da **preferência pelo fracionamento da contratação**, quando isso for possível e representar vantagem para a administração. O fracionamento visa ampliar a competitividade, sob o pressuposto de que o menor porte das aquisições ampliaria o universo da disputa.”

Vale mencionar ainda que o Colendo Tribunal de Contas da União firmou o entendimento no sentido de que em sendo o objeto da contratação de natureza divisível, deverá se produzir a licitação por itens, conforme se verifica na jurisprudência referida infra:

TCU – Decisão 393/94 do Plenário – “firmar o entendimento, de que, em decorrência do disposto no art. 3º, §1º, inciso I; art. 8º, § 1º e artigo 15, inciso IV, todos da Lei nº 8.666/1993, **é obrigatória a admissão**, nas licitações para a contratação de obras,

serviços e compras, e para alienações, **onde o objeto for de natureza divisível, sem prejuízo do conjunto ou complexo, da adjudicação por itens e não pelo preço global, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam, contudo, fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas**, devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa divisibilidade". (grifo e negrito nosso)

Consolidando-se, tal entendimento ensejou na Súmula nº 247 do TCU:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No caso em tela, não restam dúvidas de que o julgamento por lote único formado por itens autônomos impossibilita um maior número de empresas no certame, vez que maioria das empresas não conseguirão atender o lote em sua integralidade pela distinção de finalidades entre os itens, sendo mais viável, principalmente a esta Entidade, realizar o desmembramento do referido lote, possibilitando o julgamento por itens, garantindo a ampla concorrência e, por consequência, universalidade de proposta, economia e vantajosidade, sendo, claramente, **a melhor forma para a Entidade.**

Em suma, esta empresa impugnante – assim como nenhuma outra – pode ser impedida de participar em itens que atende plenamente pelo simples fato de não possuir os demais itens autônomos que estão incorporados no objeto do certame.

Sendo assim, mais do que comprovada a imprescindibilidade do desmembramento do lote único, portanto, a retificação deste ato convocatório para que passe a dispor dos itens de forma autônoma, **sendo um para os RPAs, baterias e seus acessórios e outros para os sensores e o que lhe é pertencente**, permitindo assim a ampla concorrência, sendo mais vantajoso **principalmente** para esta Entidade.

Sendo assim, caso esta Ilustre Comissão de Licitação modifique as exigências do CBC, terá como consequência a participação de diversas empresas altamente capacitadas que neste momento encontram-se impossibilitadas devido o aspecto restritivo do edital, além de evitar o risco de adquirir equipamentos com custo mais alto.

Por fim, cabe ressaltar a lição de Adilson Dallari:

O edital é um instrumento de chamamento, e deve servir para trazer pessoas, e não para impedir que pessoas que efetivamente poderiam contratar se afastem da licitação. O edital não pode conter cláusulas que representem barreiras impeditivas de participação no procedimento, a quem realmente tem condições de participar ou a quem realmente esteja disposto a se instrumentar para participar

Desta forma, merece reforma o CBC nesse sentido.

4.2 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS RPAS – EXIGÊNCIAS INCONSISTENTES COM OS EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS NO MERCADO – CONTRADIÇÃO COM OUTRAS EXIGÊNCIAS LEGAIS E DO PRÓPRIO CBC

Sobre as especificações técnicas dos RPAS, destacam-se as seguintes: multirotor com no mínimo 6 rotores (3.1.a); carga de 5,5 kg (3.1.b); temperatura de operação entre -10°C a +40°C, ou mais abrangente (3.1.c); capacidade de carga útil de no mínimo 5,5 kg (3.1.e); dupla redundância para cada um dos componentes: IMU e GNSS que garanta a execução do voo como programado e com segurança (3.1.h).

Importante ressaltar, ainda, outras exigências do CBC que estão em conformidade com determinações legais, como é o caso do item 3.1.d que exige compatibilidade do RPAS com a regulação da Agência Nacional de Telecomunicação (ANATEL).

Especialmente sobre a exigência do item 3.1.d, é importante ressaltar que não apenas a obediência a Resolução da ANATEL, mas a sua efetiva homologação é uma determinação **obrigatória a ser exigida pelos órgãos e entidades nas licitações**, nos termos dos artigos 157 à 169 Lei nº 9.472/1997, nesse caso, principalmente o 163, e as exigências técnicas da Resolução nº 715/2019, ambas da ANATEL, que estabelecem critérios a serem atendidos para homologação, assim como a forma de avaliação da conformidade com seus requisitos garantindo a aptidão e autenticação do aparelho, além do fato de que a homologação de RPAS (drones) evitam interferências na radiofrequência, **documento este que demonstra a sua qualidade e funcionalidade, assim como a aptidão da empresa, sendo o documento correto a ser exigido, em conformidade com o determinado em lei.**

Art. 163. O uso de radiofrequência, tendo ou não caráter de exclusividade, dependerá de prévia outorga da Agência, mediante autorização, nos termos da regulamentação. § 1º Autorização de uso de radiofrequência é o ato administrativo vinculado, associado à concessão, permissão ou autorização para prestação de serviço de telecomunicações, que atribui a interessado, por prazo determinado, o direito de uso de radiofrequência, nas condições legais e regulamentares.

Portanto, inquestionável a necessidade de equipamento RPA seja homologado pela ANATEL, todavia, considerando as exigências dos itens 3.1 'a', 'b', 'c', 'e' e 'h' das especificações técnicas que compõem o CBC, tem-se a necessidade de alteração, vez que, se permanecerem como disposta, resultarão em frustração do certame, uma vez que **são exigências inexistentes em equipamentos disponíveis à venda no atual mercado.**

Dentre os equipamentos disponíveis no mercado, há os que atendem as

especificações técnicas, todavia, esses **não podem ser comercializados**, isso porque **não possuem homologação da ANATEL**, justamente porque **não atendem aos requisitos de sua resolução**, sendo inapto para comercialização, ainda que de uso recreativo, ante a exigência legal do artigo 163 mencionada Lei 9.472/1997.

Por se tratar de documento de extrema importância aos futuros licitantes e à Entidade, vez que traz dados de grande relevância para atendimento, as Especificações Técnicas devem ser elaboradas de forma clara e objetiva, devendo conter seu descritivo de forma precisa, como estipula o Decreto do Pregão Eletrônico:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - aviso do edital - documento que contém:

a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto;

(...)

XI - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:

(...)

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

Nesse sentido está também o posicionamento do Colendo Tribunal de Contas da União, vejamos:

Achados de Auditoria – Contratação antieconômica de empresa para realização de eventos: “[...]2.1.1. [...] Tem-se, portanto, que a precisa definição do objeto da licitação é exigência do art. 12, caput, do RLC-Sebrae. Ainda que o RLC-Sebrae não utilize termo “projeto básico” e não possua norma regulamentando de forma explícita sua necessidade e requisitos, **a entidade não pode ser furta[r] [sic] ao estabelecimento da definição objetiva e precisa do objeto licitado, dela dando conhecimento a todos os licitantes**, sob pena de não atendimento do princípio da igualdade. Assim, **é condição para a realização de uma licitação que o seu objeto esteja adequadamente especificado, contendo todos os quantitativos de serviço e fornecimento necessários à sua execução**, em planilha orçamentária de custos que permita a comparação das propostas apresentadas pelos licitantes em igualdade de condições (voto condutor do Acórdão 2012/2007 – Plenário, item (62), o que não ocorreu nos processos analisados, como se demonstrará a seguir [...]”. (TCU, Processo TC nº 007.373/2012-0). (grifo e negrito não originais)

Inclusive, o Íncrito Tribunal de Contas da União chegou a determinar o cancelamento de licitações impondo que: “[...] especifique o objeto do certame de forma clara e precisa, sem utilizar termos genéricos e confusos que venham a prejudicar a identificação do real objetivo da contratação a ser efetivada (...)”

Frisa-se que mencionado entendimento é pacífico na referida Corte, sendo objeto da Súmula 177, in verbis:

Súmula 177 – Tribunal de Contas da União

A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo,

na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada em uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão". (grifo e negrito não originais)

Além disso, é notório que, em decorrência do princípio da vinculação ao instrumento convocatório a Entidade e os interessados estão vinculados ao CBC, cuja inobservância é passível de nulidade do procedimento licitatório.

Assim, resta clara a imposição de que conste no ato convocatório todas as especificações técnicas de maneira **objetiva e com precisão**, uma vez que os licitantes estão vinculados ao edital, assim, evitará que a Entidade adquira equipamentos que não atendam as suas necessidades, podendo ocasionar até mesmo em frustração da contratação devido ao fato de exigências conflituosas em edital, o que pode gerar graves prejuízos, vez que mencionada contradição permite o oferecimento de equipamentos **sem homologação da ANATEL**, ou, se assim for, **em desconformidade com as especificações do edital**, que não se encaixam nas regras da ANATEL.

Desta forma, para que o certame seja possível, é necessária a alteração do CBC, passando a constar como exigências: 3.1.a (multirotor com, no mínimo, 4 rotores); 3.1.b e 3.1.e (carga mínima de 2,7 kg); 3.1.c (temperatura de operação -20°C a +50°C e 3.1.h (dupla redundância, composto por IMU e GNSS, que garanta a execução do voo como programado e com segurança.

Ressalta-se que alteração de tais especificações, além de sanar o confronto do CBC, irá ampliar a competitividade, uma vez que possibilitará a entrega de equipamentos de mesma qualidade ou superior, porém, sem limitações.

A alteração da temperatura para -20°C a +50°C significa que o RPAS irá possibilitar um trabalho a temperatura melhor do que o descrito atualmente, adequando-se as necessidades da Entidade com a qualidade superior de equipamento, sem alteração impactante de valores.

Já no que se refere a carga útil e os rotores dos RPAS, a redução do mínimo de rotores para 4 amplia a quantidade de empresas que possam atender as necessidades da Entidade, Tendo em vista que o sistema que será embarcado no RPA possuem peso inferior a 2,7kg, sendo, portanto, imotivado o pedido de 5,5 kg como carga útil mínima, assim como os rotores que, nesse caso, seria suficiente 4 ao invés de 6 como **mínimo** para carregar e embarcar essa carga, sem influenciar no sistema embarcado solicitado em edital.

Desta forma, pugna pelas modificações do CBC, de forma a ampliar a competitividade, ante a vantajosidade para a Entidade que não ficará restrita ou com risco de adquirir o que não supre o que precisa.

5. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) o recebimento da presente Impugnação, uma vez que tempestiva;
- b) o acolhimento da presente impugnação, sendo julgada procedente para que as exigências mencionadas sejam adequadas, sendo a medida mais justa, correta e legal, evitando eventuais nulidades do certame.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2021.



Marcos Cesar Gonçalves

CPF: 038.005.816-20

Marcos Cesar Gonçalves
CPF: 038.005.816-20